

# De que lugar fala o lugar de fala?<sup>1</sup>

**Leo Name**

¡DALE!, PPGLC / UNILA, PPG-IELA / UNILA

**1** Um rascunho deste artigo recebeu a leitura da socióloga Bianca Freire-Medeiros, a quem agradeço não só pela revisão cuidadosa e pelos comentários inspiradores, como também pela parceria de tantos anos – em muitos lugares, falas e escritos. Agradeço também às pesquisadoras e aos pesquisadores dos grupos de pesquisa Decolonizar a América Latina e seus Espaços (¡DALE!), da UNILA, e Laboratório Urbano, da UFBA, cujas trocas em convergência e divergência iluminaram as ideias que aqui apresento.

## De que lugar fala o lugar de fala?

### Resumo:

Pretendo compreender o lugar do lugar de fala como uma dimensão espacial constitutiva dos atuais conflitos discursivos em torno da produção e da legitimação de saberes e de a quem se atribuem autoridade e credibilidade. Comparo as discussões em torno de outros “enunciados situados”, anteriormente conduzidas pelos estudos subalternos, pelos feminismos e pela literatura decolonial, com o debate sobre o lugar no campo da geografia. Finalizo com comentários inconclusivos e questões em aberto sobre o lugar do lugar de fala, com vista a análises futuras.

**Palavras-chave:** lugar de fala; enunciados situados; lugar; geografia; subalterno.

## Of what place does the place of speech speak?

### Abstract:

*I aim to understand the place of the place of speech as a spatial dimension constituting the current discursive conflicts over the production and legitimation of knowledge and to whom authority and credibility are given. I compare the discussions around other “place-based statements”, formerly conducted by subaltern studies, feminisms and decolonial literature, with the debate about the place in the geographic field. I end with inconclusive comments and open questions about the place of the place of speech, with a view to future analyzes.*

**Keywords:** place of speech; situated statements; place; geography; subaltern.

## ¿De qué lugar habla el lugar del habla?

### Resumen:

*Mi objetivo es entender el lugar del lugar del habla como una dimensión espacial que constituye los conflictos discursivos actuales sobre la producción y legitimación del conocimiento y a quien es concedida la autoridad y la credibilidad. Comparo las discusiones en torno a otros “enunciados situados”, anteriormente realizadas por los estudios subalternos, los feminismos y la literatura decolonial, con el debate sobre el lugar en el campo de la geografía. Terminó con comentarios inconclusivos y preguntas abiertas sobre el lugar del lugar del habla, con miras a futuros análisis.*

**Palabras clave:** lugar del habla; enunciados situados; lugar; geografía; subalterno.



## Posso eu, aqui, falar do lugar do lugar de fala?

Há três décadas, Linda Alcoff (1991) já analisava o problema de se falar do Outro, apontando-o como indissociável do problema de se falar *pele* Outro. A percepção sobre a verdade, dizia-nos a filósofa panamenha radicada nos Estados Unidos, muda a depender de cada regime de poder, conjuntura geo-histórica e situação discursiva (MOITA LOPES, 2008). Por isso, quem fala, inclusive em contextos de comunicação acadêmica, pode ser questionado sobre o que fala, como fala e de quem e com quem fala.

No Brasil de hoje, tais questões têm se traduzido em uma expressão que toma o “lugar” como enunciado. O “lugar de fala” ganhou projeção a partir da atuação acadêmica e político-midiática de Djamilia Ribeiro, filósofa voltada aos feminismos negros (RIBEIRO, 2016), autora de sucessos editoriais (RIBEIRO, 2018; [2017] 2019a; 2019b) e com presença em jornais e revistas de grande circulação, programas de televisão e redes sociais virtuais (RIBEIRO; FERNANDES; GUIMARÃES; SAMPAIO; FURTADO DE MELO, 2019). O termo parece não levar em conta a geografia presente na evocação da palavra “lugar”: para a autora, afinal, o lugar de fala falaria da *posição social*, da “*localização* de grupos nas relações de poder”, tendo as “categorias como raça, gênero, classe e sexualidade como elementos de estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades” (RIBEIRO, [2017] 2019a, p. 60-61, *italico meu*); mas que, ao mesmo tempo, possibilitam existências e experiências capacitadas a compreensões específicas.

Curiosamente, contudo, foi um pesquisador dos estudos da comunicação, José Luiz Braga (2000), quem o cunhou. Não reduzia o lugar de fala à *posição sociológica de um único falante*, mas o definia como uma articulação: entre a fala de sujeitos, a situação concreta em que ocorreu, *o lugar que a faz ter sentido*, sua inclusão em um produto cultural de massa e, finalmente, sua recepção por quem pode ou não dar continuidade a sua reprodutibilidade. Márcia Franz Amaral (2005), por sua vez, estendeu essa interpretação ao exame do segmento popular da grande imprensa: para ela, o lugar de fala não falaria da visão de mundo de um empresariado por trás de um jornal, mas do modo pelo qual esse jornal descreve o mundo do leitor a partir do que pensa ser o mundo e a visão de mundo desse mesmo leitor.

O lugar de fala, então, fala tão somente como metáfora? Fala da posição social de quem fala, ante hierarquias prévia ou situacionalmente apresentadas? De um ponto de vista? Ou fala de um modo de representar determinados grupos? De que *lugar*, afinal, fala o lugar de fala?

Tenho trajetória na geografia e afetam-me, por isso, os conceitos de espaço, região, território, escala, rede, paisagem e *lugar*, um ou mais deles quase sempre balizando o que se julga dizível na disciplina – e, no mais das vezes, formulados por *homens brancos de uma tradição de pensamento europeu* (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 1995, p. 15-162; FERREIRA, 2000; NAME, 2010a). O lugar de fala, além disso, é tributário de críticas a respeito dos *lôcus de enunciação* (FOUCAULT [1969] 2009) e sobre os privilégios epistêmicos – uma vez mais, sobretudo de *homens brancos: não somente, mas especialmente, europeus*. Foram os estudos subalternos, os feminismos e a literatura decolonial, por exemplo, que teorizaram a partir do que, aqui, chamei de “enunciados situados”: “*lugar do investigador*”, “*forasteiras de dentro*”,<sup>2</sup> “*conhecimento situado*”,<sup>3</sup> “*localização epistemológica*” e “*lugar-outro de pensamento*” (HARAWAY, [1988]

<sup>2</sup> Nos originais de Collins ([1986] 2016), “*outsider within*”.

<sup>3</sup> A despeito da versão em português do texto de Haraway ([1988] 1995) traduzir “*situated knowledges*” como “saberes localizados”, adoto, neste artigo, uma conversão mais literal e que respeita a escolha da autora por “sítio” no lugar de “local”: “conhecimentos situados”. Pela mesma razão, cunhei e utilizo “enunciados situados”.

## De que lugar fala o lugar de fala?

1995; SPIVAK, [1985] 2010; MIGNOLO, [1999] 2015a; COLLINS, [1986] 2016; PALERMO; SPYER; LEROY; NAME, 2019). Nenhum desses enunciados, porém, recebeu um debate dedicado à geografia das palavras que carregam. Nesse artigo, então, chamo à atenção o *onde* se fala. Lugares importam... E, por isso, quero compreender o lugar do lugar de fala como dimensão espacial constitutiva dos atuais conflitos discursivos relacionados à produção e à legitimação de saberes e a quem se atribuem autoridade e credibilidade (ALCOFF, [2011] 2016).

No entanto, se por um lado mirar nos lugares da geografia para pensar sobre o lugar de fala e outros enunciados situados é uma contribuição que, penso eu, tenho condições de fazer, não posso, por outro lado, desconsiderar o fato de que *não sou europeu, mas sou um homem branco e cisgênero*. Ribeiro ([2017] 2019a), de sua parte, avisa que “uma travesti pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do *lugar* que ele ocupa” (p. 82-83, destaque meu). De outras partes, contudo, há quem acuse – com um punhado de razão e um outro de simplismo – que, a despeito da vontade de sua mais notória propositora, o lugar de fala tem agenciado exigências por representatividade que por vezes operam reivindicações por monopólio de fala (GOMES, 2019). Tal tarefa me põe, ademais, defronte a escritos eivados por hierarquias com base em *certas geografias, de certos lugares*, conduzidas por *certos sujeitos com certos gênero, classe e raça*. Ignorá-lo pode vir a servir ao que se vem chamando de “extrativismo epistêmico” (GROSFOGUEL, 2016): a notabilização de determinadas teorias (em geral de homens brancos, sobretudo do norte global) à custa da apropriação sem referência ou até mesmo da depreciação de outras (elaboradas por gentes do sul: especialmente mulheres, indígenas e afrodescendentes).

Obviamente, não pretendo usar certas teorias para desmerecer outras: planteio, na verdade, um enxerto de diferentes abordagens, intelectuais e escritos, que usualmente não falam entre si. Para amanhar as diferentes evocações do lugar, consorciarei, na próxima seção, os enunciados situados que antecederam o lugar de fala e os debates sobre lugar feitos na geografia. Viso a mostrar que ambos deram atenção ao binômio universalidade/singularidade e a valorações objetivas e subjetivas inerentes à formulação de conhecimentos; e alternaram proposições sobre localizações, pontos de vista e posições hierárquicos, tangentes aos modos de apreender, compreender, enunciar e endereçar realidades por diferentes grupos. Seguirão, depois, comentários inconclusivos e o desenho de questões em aberto sobre os lugares dos lugares de fala, com vista a análises futuras.

## Pode o lugar falar do lugar de fala?

## Pode o lugar de fala falar do lugar?

Na década de 1980, Gayatri Chakravorty Spivak discutiu o “lugar do investigador” ([1985] 2010, p. 19), ao perguntar: *pode o subalterno falar?* Para a intelectual indiana, os debates sobre os trânsitos de ideias e as práticas e os poderes de instáveis e não cartografáveis lócus de enunciação, que atravessam instituições (FOUCAULT [1969] 2009; DELEUZE; GUATTARI, [1980] 1995), não logravam se desprender de um sujeito universal refletido de *homens brancos europeus* – que surpresa! –, que se desterritorializam e desassujeitam de seus discursos. Spivak exigia que outras singularidades e experiências fossem consideradas na produção de saberes, ao mesmo tempo que acusava de parcialidade a intelectualidade. Duas concepções de lugar, tanto metáfora de posição social quanto dimensão geográfica objetiva, apresentavam-se em seu debate: na formulação de seus argumentos, afinal, Spivak refletiu sobre a história da imolação

de viúvas *do lugar que é a Índia* e sobre a violência epistêmica contra essas mulheres pobres e não brancas. Para ela, as particularidades geo-históricas desse país, mas também de quem formulava teorias, as mantinham em uma *posição* subalterna de impossível enunciação sobre si.<sup>4</sup>

A geografia, a propósito, em suas origens se apresentou como ciência dos lugares. No mais das vezes, lugares dos Outros: de povos ou comunidades dos quais quem descrevia não fazia parte. Inicialmente, tratava-os sem diferenciação à ideia de região e, raras vezes, depois, distinguiu-os de sítio, local, localização, localidade ou área. Na virada do século XIX para o XX, a geografia francesa considerou que os lugares eram excepcionais e únicos, sobre os quais as análises valorizaram os modos com os quais as comunidades a eles se adaptavam. Outras correntes, porém, os entenderam como resultados de fatores ambientais determinantes dos “graus de civilização” de cada grupo humano, sempre em relação à “normalidade” de ambientes geobiofísicos europeus (NAME, 2010a; 2010b; HAESBAERT; PEREIRA; RIBEIRO, 2012). Mais tarde, essa hierarquização foi substituída por outra, referente a padrões de desenvolvimento impostos por lugares ditos centrais a lugares ditos periféricos ou subdesenvolvidos: relacionava-se a centralidade de um lugar a sua disponibilidade de recursos, redes e alcances de bens e serviços; ou, deterministicamente, a pujança ou o fracasso econômicos aos tamanhos de cada lugar e suas populações (BERRY, 1964; CHRISTALLER, [1933] 1966).

Tais teorizações, que desde geografias de alguns poucos lugares tomavam o conceito de lugar para a subalternização de outros muitos lugares, são exemplares, afinal, do que Spivak reclamava: apresentavam-se como dimensões ontológicas meros determinismos espaciais ou – do mesmo modo como no lugar de fala – metáforas de posição e hierarquia. Forjaram-se, pois, a partir da legitimação, como precisas e universais, de impressões parciais e falíveis. Em outras palavras: nessas abordagens geográficas, puderam o racismo e o androcentrismo, inerentes às ciências modernas – mas talvez mais explícitos nos primórdios da antropologia e da sociologia (BOAS, [1894] 2004a; [1931] 2004b; CASTRO-GÓMEZ, [2000] 2005; LANDER, [2000] 2005; QUIJANO, [2000] 2005) –, escamotear-se em um debate sobre diferenças entre lugares considerados superiores ou inferiores devido aos desígnios da natureza ou a vantagens e desvantagens de uma posição no mapa. Somente a partir da última década do século passado, críticas mais contundentes a essas acepções foram realizadas por intelectuais da geografia, a partir de interpretações centradas em dimensões de gênero, sexualidade, raça e classe (BONDI; DOMOSH, 1992; ROSE, 1993; BROWN, 2000; KOBAYASHI; PEAKE, 2000). Não à toa, eram coevas a outros enunciados situados, de outras disciplinas, afetados pelo debate de Spivak sobre o subalterno; e, que, como o lugar de fala, também falaram de subjetividades e parcialidades no conhecimento (HARAWAY, [1988] 1995; MIGNOLO, [1999] 2015a, COLLINS, [1986] 2016).

O teórico decolonial Walter Mignolo ([1999] 2015a), por exemplo, compreendeu as práticas de (des)qualificação e (des)legitimação de saberes como dimensões inerentes às disputas geopolíticas mundiais – que, como nos informam alguns textos geográficos, não são somente mobilizadas pelo estado-nação, mas igualmente por inúmeros outros agentes (Ó TUATHAIL; DALBY, 1998; LACOSTE, 2004; NAME, 2016; 2020). O semiólogo argentino, radicado nos Estados Unidos, clama que nos desprendamos do fetiche de uma epistemologia geral, definitiva e universal, e passemos a falar desde nossos lugares geográficos assumidamente terceiro-mundistas e subalternos. Diz-nos ele que somente os tomando como localizações epistemológi-

<sup>4</sup> A intelectual e artista portuguesa Grada Kilomba ([2008] 2019) esclarece que Spivak não se referiu ao ato de falar em si (articular palavras e em seu próprio nome), mas ao de falar nos contextos do regime do racismo e do colonialismo e, sobretudo, à possibilidade de fazer-se ouvir. Informa, também que Spivak nos teria alertado contra a romantização intelectual, particularmente na Academia, de sujeitos subalternos que resistem à violência (p. 47-49). Kilomba, além disso, compara esse silenciamento à brutal máscara de castigo e tortura colocada à boca de negras e negros escravizados na colonização das Américas (p. 33).

## De que lugar fala o lugar de fala?

cas, capazes de desenhar e legitimar outros saberes, poder-se-ão deslocar as epistemologias norte-atlânticas de sua usual, porém normalmente imposta, centralidade (MIGNOLO, [2003] 2015b). Mais recentemente, a intelectual decolonial Zulma Palermo agregou a essa discussão um embasamento em sua localização geográfica e seu gênero. Descreveu sua adesão à decolonialidade imbricada à periferia de uma nação periférica – ela nasceu e sempre viveu na província argentina de Misiones – e à sua condição de mulher no mundo heteropatriarcal da Academia. Tratar-se-ia, pois, de um “lugar-outra de pensamento”, uma entre inúmeras opções epistemológicas ligada a uma “*situacionalidade*, um ‘*lugar*’ do gênero e da sexualidade que dá conta de uma forma de pertença que não se vincula exclusivamente ao lugar físico” (PALERMO; SPYER; LEROY; NAME, 2019, p. 54, destaques meus). Ao se interrogar sobre questões etnoraciais, contudo, ela declara se distanciar de um sentido fenotípico de raça para atentar a quaisquer diferenças que possam vir a ser perpassadas pela “ferida colonial” (ibid., p. 52) – o que, convenhamos, é um tanto amplo.<sup>5</sup>

O conhecimento que se produz por situacionalidades também foi, antes, assunto de Donna Haraway ([1988] 1995). A filósofa e bióloga estadunidense denunciou as doutrinas formuladas com base em um olhar conquistador que tudo vê, mas que vê e vem de lugar nenhum; e que possui “a habilidade perversa – esmerilhada à perfeição na história da ciência vinculada ao militarismo, ao capitalismo, ao colonialismo e à supremacia masculina – de distanciar o sujeito cognoscente de todos e de tudo no interesse do poder desmesurado” (ibid., p. 19). Tal mirada tem, segundo a autora, representação hiperbólica nos dispositivos óticos de precisão e manipulação da imagem, que variam da vista sobre todo o planeta ao *macrozoom* em uma única célula viva: um olhar infinito, direto, devorador, irrestrito e demiúrgico, que possibilita à categoria não marcada “alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação” (ibid., p. 18). Ciente, entretanto, de que esse olhar se autoilude sobre sua condição totalizadora, Haraway não renuncia à visão: no lugar da promessa de transcendência de todos os limites e responsabilidades, a perspectiva feminista assumir-se-ia como um *conhecimento situado*, que é objetivo justamente porque promete apenas o que pode ou não ver desde sua visão parcial. A autora, porém, incorre em certa generalização ao falar de *uma* visão feminista: de todas as mulheres e de todos os lugares? Se, em escrito anterior, Haraway já apontava haver um silêncio constrangedor entre as feministas brancas, radicais e socialistas, sobre a questão da raça (HARAWAY, [1985] 2019, p. 172), ela pouco se ateu aos feminismos de lugares-outras, fora da Europa e dos Estados Unidos.

Igualmente centrada em um debate nos Estados Unidos, Patricia Hill Collins ([1986] 2016), vinculada aos feminismos negros, também já havia realizado uma discussão sobre as vantagens da perspectiva que se quer estrita. Considerando tanto a conceituação do sociólogo alemão Georg Simmel ([1908] 2005), a respeito da condição epistemológica do estrangeiro, quanto os debates sobre o papel das mulheres mais severamente marginalizadas no desenho de um “ponto de vista feminista”<sup>6</sup> e, mais especificamente, de uma epistemologia feminista negra (HOOKS, [1984] 2019; COLLINS, [2000] 2019), essa socióloga estadunidense falou da posição de *forasteiras de dentro* que as mulheres negras ocupam *nas universidades*. Na me-

<sup>5</sup> Mignolo e Palermo parecem ignorar críticas que vêm apontando o muito que intelectuais decoloniais contribuem para a legitimação de conhecimentos descorporificados, por pouco questionarem a predominância masculina e branca nas suas formulações. Afinal, mesmo nas posições de *latinos em universidades do norte*, muitos deles ainda são *homens brancos em seus países de origem* (GUTIÉRREZ; NAME; CUNHA, 2020, p. 65-68; MOASSAB; RUGERI; FREITEZ; NAME, 2020, p. 27-31). A maioria das mulheres com projeção no giro decolonial também seria considerada branca, se fossem levadas em conta as concepções de raça na América Latina. No entanto, as argentinas María Lugones (2008; [2010] 2014) e Rita Segato (2015) destacam-se por seu sofisticado debate de gênero, raça e classe interseccionados.

<sup>6</sup> “*Feminist standpoint*”, no original (HARTSOCK, 1983).

didada que tais intelectuais estão *fora* do grupo hegemônico – não são homens, nem brancas –, mas *dentro* dos lugares acadêmicos, perceberiam as anomalias teóricas que, sobre o conjunto de mulheres negras (e a exemplo do que se fazia com as viúvas indianas, abordadas por Spivak), inventam e naturalizam inferioridades (COLLINS, [1986] 2016, p. 104). Denunciando-as, elas ajudariam a reformular o pensamento acadêmico.

Diferentemente de Haraway, no entanto, Collins não pretendia validar a abordagem feminista por uma objetividade oriunda da assunção de sua parcialidade, mas possibilitar às ciências, mediante a adesão a subjetividades, experiências e emoções compartilhadas, abarcarem realidades mais plurais, melhormente percebidas por grupos em desvantagem. Dito por expressões mais atuais: mulheres negras têm lugar de fala para falar a respeito de mulheres negras, mas Collins esclarecia que a percepção desta posição e de sua potência, nos enfrentamentos ao conhecimento que as subalterniza, erigem-se no *acesso crescente a lugares específicos – a universidade e outros espaços da Academia*, antes absolutamente negados, mas há muito reivindicados.<sup>7</sup>

Valores comuns, os diferentes pontos de vista e o que vê ou entende quem faz parte ou não de uma comunidade ou um lugar também foram questões consideradas em vários textos geográficos mais ou menos contemporâneos a esse debate. Dois conjuntos de escritos deram atenção a posições que visionam representações hegemônicas ou contra-hegemônicas, inclusivas ou excludentes, e a partir das quais se pode ver ou falar disso ou se arranjar para que aquilo seja silenciado ou não percebido: um debate, mais anglófono, sobre os mapas serem capazes de ocultar dados e mentir (WOOD, 1992; MONMONIER, 1996; HARLEY, [1995] 2009; NAME; NACIF, 2013); e uma discussão, na academia francesa, sobre paisagens poderem escamotear a verdade mediante uma representação de harmonia (COLLOT, 1986; COHEN, 1987; NAME, 2010a, p. 172-175). Um terceiro grupo de escritos, anglófono e sobre o conceito de lugar, pretendeu redefini-lo, com base em certo entendimento romantizado de comunidade, contrapon-tisticamente a teorias que então naturalizavam a substituição do paradigma da modernização pelo da globalização, em meio ao avanço de antigas e novas tecnologias de informação e comunicação (DIRLIK, 1999; FERREIRA, 2000; ESCOBAR, [2001] 2005; NAME, 2012).

Sobre o último, foi a chamada geografia humanista, a partir de nomes como o do sino-estadunidense Yi-Fu Tuan ([1974] 1980; [1977] 1983), da irlandesa Anne Buttimer (1980) e do canadense Edward Relph (1980), por exemplo – e, também, por aproximações à fenomenologia e ao existencialismo (HOLZER, 1999) –, que apontou que o lugar é uma expressão físico-material de afetos e sentidos coletivos. Minorava-se a *visão* externa e valorava-se a *experiência* interna de um mundo vivo ocupado com significados: ao contrário de Collins, em certa medida tais intelectuais descredibilizavam a sensibilidade dos forasteiros, acusados de um olhar externo, visitante, estrangeiro ou turista e a que se atribuía a conversão do lugar em paisagem; e apontavam que vivências mais imediatas e profundas do cotidiano de quem é da própria comunidade desenhariam um “sentido de lugar” – único e instituidor de identidades locais, fundeadas em familiaridade, códigos, tradição e memória. Porém, frente à crescente percepção da aceleração de tempos e da homogeneização de espaços derivadas dos avanços tecnológicos daquele final de século XX, consideravam os lugares sob ameaça. Relph (1980), por exemplo, antecipando-se ao “não lugar” (AUGÉ, [1992] 1994) e ao “espaço de fluxos” (CASTELLS, [1996]

<sup>7</sup> Por exemplo: a feminista Audre Lorde ([1979] 2020), também estadunidense, já havia denunciado a exclusão de mulheres negras e lésbicas em eventos científicos, inclusive por parte de feministas brancas e heterossexuais – a quem ela acusou contribuírem com a permanência de lacunas teóricas; e, em trabalho recente, Kilomba ([2008] 2019) relata algumas das muitas dificuldades que enfrentou, como mulher negra – ainda que portuguesa e com visto europeu –, no acesso a uma universidade alemã e na circulação por seus espaços acadêmicos.



## De que lugar fala o lugar de fala?

1999) – mais tarde, noções muitíssimo presentes nos estudos sobre a internet<sup>8</sup> –, falou de uma crescente “deslugaridade”,<sup>9</sup> associada a forças do mundo moderno e industrial capazes de subjugar ou dissolver autenticidades, singularidades e valores intrínsecos ao lugar.

De base marxista, a geografia radical britânica se opôs a essa abordagem, acusando-a de essencialista e reacionária. De acordo com Andrew Merrifield (1993), posto que o lugar também serve ao inexorável assento de fluxos de capital, bens e informações de intrincadas operações econômicas, não se deve restringi-lo meramente ao dia-a-dia vivido: é a escala *local* do capitalismo *global*, que se pretende *universal*. E se essa literatura também o relacionou à produção de valores, o fez apontando que a experiência do lugar – de fato mediada por afetos, signos, significados e cultura – é valor de uso; e, como indicado por David Harvey (1993), buscas por enraizamento e relações ambientais autênticas, além de constructos sociais, são valor de troca da mercadoria que é um lugar. Afinal, não haveria uma identidade única e coesa em cada lugar, informou-nos Doreen Massey, visto que cada um deles é múltiplo e diverso, além de definido não por seus consensos, mas por seus conflitos. Por isso, ela enunciou “um sentido global de lugar” (MASSEY, [1991] 2000), alistado ao conjunto de relações dinâmicas e provisórias, aberto e poroso, além de sujeitado tanto ao local quanto ao global.

Importa destacar que, por um lado, na geografia humanista, o debate contra universalismos se afastou de um comentário à produção do conhecimento e aderiu a enunciados a respeito de supostas homogeneizações e descaracterizações dos lugares, promovidas pela globalização e suas novas tecnologias. Nem por isso, a análise das experiências particulares de lugares ditos extraordinários contemplou, de forma efetiva, as sensibilidades de grupos marginalizados. Em verdade, a geografia humanista parecia desejar o retorno a valores de outrora: no mais das vezes, diga-se, representativos para seu próprio conjunto de intelectuais, que validavam as autenticidades de um lugar na perspectiva de suas próprias experiências.

Por outro lado, J. Nicholas Entrikin (1996, p. 219) também criticou a literatura marxista a respeito do lugar: segundo o geógrafo estadunidense, tais escritos teriam substituído um constrangedor determinismo ambiental de antanho, por outro, mais sutil, pelo qual o lugar mais uma vez se determinava por forças socioeconômicas inexoráveis e ubíquas. Ademais, a própria Massey ([1999] 2007) denunciou a aceitação marxista, tácita e acrítica, do discurso neoliberal sobre uma globalização resumida a mandatários fluxos desterritorializados. Katherine McKittrick (2011), uma intelectual canadense voltada aos estudos etnoraciais e de gênero, por sua vez, apontou a falaz dicotomia entre tradição e cosmopolitismo nas proposições de quase todo esse debate geográfico anglófono sobre o lugar: ao naturalizarem os imperativos econômicos globais contemporâneos e uma “tradição” que a eles pudessem se contrapor, essas geografias ignoraram o legado da escravidão, do colonialismo e de arranjos locais de exploração humana e da natureza nas Américas; e desconsideraram a permanência da violência, da militarização e da degradação ambiental, dentre outros fatores, na experiência cotidiana de lugares por grupos minoritarizados – bairros marginais, favelas, áreas de risco, guetos e prisões, por exemplo.

**8** O debate sobre a compressão do espaço-tempo (HARVEY, [1989] 1992), então considerada característica de uma pós-modernidade emergente, foi um ponto de inflexão na geografia anglo-saxã, exercendo influência sobre inúmeras abordagens teóricas no campo, desde a fenomenologia ao materialismo histórico. Na esteira desse debate, as novas tecnologias de informação e comunicação tornaram-se exemplo paradigmático. Muitos escritos entusiasmadamente descreveram particularmente a internet como um mundo de fluxos e impermanência, contraposto ao espaço “real”, cuja consequência inevitável seria a morte dos lugares e da própria geografia (CAIRNCROSS, 1997; GRAHAM, 1998; CASTELLS, [1996] 1999, p. 467-521). Críticas mais cautelosas viram, em tais textos apologéticos, uma semântica de base colonial (a internet como “nova fronteira a ser explorada” ou “novo mundo a ser descoberto”), além de determinismos tecnológicos e tecnofilias inquebrantáveis (GUNKEL; GUNKEL, 1997; WARF, 2001; MORGAN, 2004). Para um apanhado geral do debate, cf. Name (2012).

**9** “Placelessness”.

## Posso eu, aqui, não concluir?

Spivak, Collins, Palermo, Haraway e Mignolo desacreditaram, cada qual a sua maneira, e antes do lugar de fala de Ribeiro, o presunçoso conhecimento universal – pretendente a certa “deslugaridade” transcendente, transparente, totalizante, rizomática e sem raça ou gênero; mas que, como quaisquer outros saberes, em verdade é parcial e limitado (o universal é mormente branco, europeu e masculino). Acionaram, para isso, enunciados situados contrapostos a lócus de enunciação desassujeitados, descorporificados e desterritorializados. Exigiram, outrossim, a incorporação de sujeitos amalgamados a experiências de opressão, inadequação e silenciamento embasadas em procedência ou localização geográficas, raça, gênero e classe – e que desenham sensibilidades e modos de entendimento, enunciação e endereçamento de realidades. Não à toa, nesse conjunto, somente as autoras delinearam as dificuldades que têm as mulheres de assimilar conhecimentos que, desde sensibilidades e experiências sobretudo branco-burguesas e masculinas, tendem a inferiorizá-las: especialmente as de países periféricos (como Spivak, Palermo e Ribeiro) e as não brancas (como o são Spivak, Collins e Ribeiro). Mignolo, por sua vez, parte de uma elucubração que não fala de gênero – no que o silenciaria, afinal, ser homem? –, mas de uma subalternidade que tem a ver com espaço de origem e deslocamento: desde o lugar racializado de estrangeiro, *latino*, nos Estados Unidos.

Creio ter podido desvelar, aqui, algumas dimensões espaciais que são mais que meras metáforas. Pode-se compreender, em primeiro lugar, os enunciados situados elucubrados por tais intelectuais, em fins do século XX, do mesmo modo que Entrikin definia o lugar geográfico: expressão tanto material quanto simbólica e discursiva das principais tensões, contradições e dicotomias da modernidade; contexto de ações externas a nós mesmos e, ao mesmo tempo, centro de significado interiorizado e coletivamente partilhado; e, por fim, combinação entre qualidades materiais e existenciais de nossa experiência (ENTRIKIN, 1991; 1997). Chama atenção, em segundo lugar, que Collins e Haraway tenham estruturado seus debates a partir de posições, inserções, perspectivas e pontos de vista. Collins, especificamente, mostrou-nos que parcialidades na percepção e compreensão de fatos e dados, mesmo que positivadas, são de ordem geográfica: corpos-outros e sujeitos-outros, não brancos, têm mais acessado os lugares onde antes estavam ausentes; e, desde o assento nesses lugares, mais e mais se tornam visíveis e mais e mais observam e confrontam discursos que carregam o que pensam ser distorções. McKittrick, por fim, recriminando o problemático “sentido de lugar” de geografias que não assumiam seus conceitos como fundamentados na experiência da brancura, fez entender que a determinadas existências podem estar amalgamados lugares imbricados a condições de desigualdade.

Elucidam o último ponto os relatos de intelectuais não brancas sobre vivências em lugares específicos: a fronteira entre o México e os Estados Unidos, desde onde a *chicana* Glória Anzaldúa (1987) falava sobre seus trânsitos entre espaços, línguas e gêneros; as calçadas nova-iorquinas de prostituição, onde Audre Lorde ([1979] 2020, p. 137-138) assegurava circular uma maioria de mulheres pobres e negras; as vias e lavouras, durante séculos frequentadas por negras que, como dito pela filósofa brasileira Sueli Carneiro ([2003] 2019, p. 314), por isso não viram sentido no clamor das feministas brancas por uma saída do lar às ruas; ou, finalmente, os lugares frequentados pelas interlocutoras de Grada Kilomba ([2008] 2019), como ruas, bares, escolas, bibliotecas e lares de pessoas brancas, onde elas experienciaram reencenações de assimetrias do Novo Mundo – lugar de um passado reiteradamente presentificado, mas a ser ressignificado na enunciação de uma “*América Ladina*” ou de um “*mundo ch’ixi*” como lugares-outros de pensamento, desde onde respectivamente refletem e criam a antropóloga brasileira Lélia Gonzalez ([1988] 2020) e a socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui (2018).

## De que lugar fala o lugar de fala?

Haveria um sem-número de outros exemplos... E é, por isso, que reafirmo que lugares importam. Encerro este bosquejo, então, com algumas perguntas, para as quais não tenho respostas exatas. Mas as deixo em aberto, aqui, para que trabalhos futuros – meus ou de outrem – possam sobre elas ponderar.

Desde que lugares, sobre que lugares e em quais lugares podem as subalternas e os subalternos falar? O lugar de fala metaforicamente diz respeito, sim, a uma posição social. Mas também fala de um ponto de vista e acesso a realidades engendrado na concretude de lugares geográficos: onde sujeitos vivem e observam experiências – e desde aí falam!

Por que a certas falas, desde certas posições, corpos ou sujeitos, proferidas em certos lugares e a respeito de certos temas, corpos, conceitos, sujeitos ou lugares, se atribuem legitimidade e autenticidade? Talvez seja porque se situem sobre certas existências, geo-historicamente determinadas e alicerçadas, também, na circulação por determinados lugares (e não em outros). E que instituem, afinal, saberes arrolados ao que, no senso comum, costuma-se chamar de "conhecimento de causa" – que, diga-se, não é inquestionável. Muito embora, contextualmente, possam vir a se expressar pela fala de uma única pessoa, em verdade tais existências não são exclusivas a um único alguém em um dado momento e em certo lugar: dizem respeito à diacronia de experiências de uma miríade de corpos e sujeitos em trânsito, que podem se reconhecer ou não como grupo coeso ou pertencentes a uma identidade.

Podem somente a subalterna ou o subalterno falar desde um lugar de fala? Seja com base na exclusão, seja amalgamado a privilégios – e como nos diz Ribeiro ([2017] 2019a) –, todo mundo tem lugar de fala. Nada obstante, a eficácia do privilégio de enunciação branco, masculino e europeu ou norte-atlântico está na habilidade de homens, pessoas brancas ou do norte ignorarem o quanto se beneficiam material e simbolicamente dessas identidades; que, embora diversas, contextuais e atravessadas por conflitos, têm como característica ao mesmo tempo negarem-se como identidades e apresentarem-se como um *ponto de vista universal*, sem gênero, raça e desde lugar nenhum (ALCOFF, 1998; MIGNOLO, [2007] 2008; CARREIRA, 2018).

O que diferencia o lugar de fala dos outros enunciados situados que o antecederam? E o que o torna tão pregnante no debate contemporâneo? Quiçá a resposta esteja em sua origem nos estudos da comunicação: aquele lugar de fala de Braga e Amaral, antes desse popularizado por Ribeiro, falava da difusão de representações de um Outro e de seu mundo em *produtos midiáticos*, não de uma condição ontológica de subalternidade. Ajuntando, então, simulacros, simulações e reproduzibilidades da primeira acepção com experiências de vida, trânsitos e sensibilidades situados que, na última, falam de entendimentos de mundo, o lugar de fala parece inextricavelmente se conectar à esfera pública e à cultura de massa – e, particularmente, à torrente de imagens e sons, informações, bits e bytes. As novas tecnologias de informação e comunicação, especialmente a internet, tornaram-se crescentemente onipresentes no mesmo compasso da redefinição do conceito de lugar, na geografia, e da teorização dos enunciados situados. A internet, também, é um lugar expandido, onde relações e tecnologias mediam diferentes sujeitos, redes, pontos de acesso e valores de uso. E onde, outrossim, há um cada vez mais ruidoso campo de batalha entre lugares de fala – de que também participam intelectuais, cuja comunicação acadêmica crescentemente se midiaticiza, espetaculariza e mercantiliza, atravessada por valores de troca.

Desde onde posso falar do Outro sem falar pelo Outro? Do que podem falar intelectuais de certos lugares? Em quais e desde quais lugares midiáticos falam os lugares de fala? E desde que lugares, sobre quais lugares e em que lugares podemos eu, você e o Outro falar?

## Referências

- ALCOFF, L. The problem of speaking for others. **Cultural Critique**, n. 20, p. 5-32, 1991.
- ALCOFF, L. M. What should white people do? **Hypatia**, v. 13, n. 3, p. 6-26, 1998.
- ALCOFF, L. M. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 129-143, (2011) 2016.
- AMARAL, M. F. Lugares de fala: um conceito para abordar o segmento popular da grande imprensa. **Contracampo**, n. 12, p. 103-114, 2005.
- ANZALDÚA, G. **Borderlands/La frontera: the new mestiza**. San Francisco: Aunt Lume Books, 1987.
- AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papyrus, (1992) 1994.
- BERRY, B. Cities as systems within systems of cities. **Papers of the Regional Science Association**, 1964. p. 146-163.
- BOAS, F. A capacidade humana conforme determinada pela raça. In: STOCKING JR., G. W. (Org.). **Franz Boas: a formação da antropologia americana, 1883-1911**. Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ, (1894) 2004a.
- BOAS, F. Raça e progresso. In: CASTRO, C. (Org.). **Franz Boas: antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, (1931) 2004b, p. 67-86.
- BONDI, L.; DOMOSH, M. Other figures in other places: on feminism, postmodernism and geography. **Environment and Planning D**, v. 10, n. 2, p. 199-213, 1992.
- BRAGA, J. L. "Lugar de fala" como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. In: **Mídias e processos socioculturais**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000, p. 159-184.
- BROWN, M. P. **Closet space: geographies of metaphor from the body to the globe**. London: Routledge, 2000.
- BUTTNER, A. Home, reach, and the sense of place. In: BUTTNER, A., SEAMON, D. (Org.). **The human experience of space and place**. New York: St. Martin's Press, 1980, p. 166-187.
- CAIRNCROSS, F. **The death of distance**. Boston: Harvard Business School Press, 1997.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, (1985) 2019, p. 313-320.
- CARREIRA, D. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. **Sur**, v. 15, n. 28, p. 127-137, 2018.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, (1996) 1999, v. 1.
- CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**. Buenos Aires: Clacso, p. 87-95, 2005.
- CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice Hall, (1933) 1966.

## De que lugar fala o lugar de fala?

COHEN, S. Points de vue sur les paysages. **Hérodote**, v. 44, p. 38-44, 1987.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, (1986) 2016.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, (2000) 2019.

COLLOT, M. Points de vue sur la perception des paysages. **L'Espace Géographique**, v. 15, n. 3, p. 211-217, 1986.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**. São Paulo: Editora 34, v. 1, (1980) 1995.

DIRLIK, A. Place-based imagination: globalism and the politics of place. **Review**, v. 22, n. 2, p. 151-187, 1999.

ENTRIKIN, J. N. **The betweenness of place**. London: Macmillan, 1991.

ENTRIKIN, J. N. Place and region 2. **Progress in Human Geography**, v. 20, n. 2, p. 215-221, 1996.

ENTRIKIN, J. N. Place and region 3. **Progress in Human Geography**, v. 21, n. 2, p. 263-268, 1997.

ESCOBAR, A. La cultura habita en lugares: reflexiones sobre el globalismo y las estrategias subalternas de localización. In: **Más allá del Tercer Mundo**. Bogotá: Icanh, (2001) 2005, p. 157-193.

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Território**, v. 11, n. 9, p. 65-83, 2000.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Editora Forense Universitária, (1969) 2009.

GOMES, W. Precisamos falar sobre o "lugar de fala". **Cult**, 9 ago. 2019.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, (1988) 2020, p. 127-138.

GRAHAM, S. The end of geography or the explosion of place? Conceptualizing space, place and information technology. **Progress in Human Geography**, v. 22, n. 2, p. 168-185, 1998.

GROSGOUEL, R. Del "extractivismo económico" al "extractivismo epistémico" y "extractivismo ontológico": una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. **Tabula Rasa**, n. 24, 2016, p. 123-143.

GUNKEL, D. J; GUNKEL, A. H. Virtual geographies: the New Worlds of cyberspace. **Cultural Studies in Mass Communication**, n. 14, p. 123-137, 1997.

GUTIÉRREZ B., A.; NAME, L.; CUNHA, G. R. Desenhos-outros: da hegemonia ao giro decolonial e dos desenhos do sul aos "dessocons" (entrevista). **Redobra**, v. 6, n. 15, p. 59-86, 2020.

HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (Org.). **Vidal, Vidais**. Textos de geografia humana. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, (1988) 1995.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, (1985) 2019, p. 157-210.

- HARLEY, J. B. Mapas, saber e poder. **Confins**, v. 5, (1995) 2009.
- HARTSOCK, N. C. M. The feminist standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: HARDING, S.; HINTIKKA, M. (Org.). **Discovering reality**. Boston: D. Reidel, 1983, p. 283-310.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, (1989) 1992.
- HARVEY, D. From space to place and back again: reflections on the condition of postmodernity. In: BIRD, J.; CURTIS, B.; PUTNAM, T.; ROBERTSON, G.; TICKNER, L. (Org.). **Mapping the futures**. London: Routledge, 1993, p. 291-326.
- HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Território**, v. 4, n. 7, p. 67-78, 1999.
- HOOKS, B. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, (1984) 2019.
- KOBAYASHI, A; PEAKE, L. Racism out of place: thoughts on whiteness and an antiracist geography in the new millennium. **Annals of Association of American Geographers**, v. 90, n. 2, p. 392-403, 2000.
- LACOSTE, Y. Pour une approche géopolitique de la diffusion de l'anglais. **Hérodote**, n. 4, p. 5-9, 2004.
- LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**. Buenos Aires: Clacso, p. 21-53, (2000) 2005.
- LORDE, A. As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. In: **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, (1979) 2020, p. 135-139.
- LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, (2010) 2014.
- MASSEY, D. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, (1991) 2000, p. 176-185.
- MASSEY, D. Imaginando a globalização: geometrias de poder do tempo-espaço. **Revista Discente Expressões Geográficas**, n. 3, p. 142-155, (1999) 2007.
- MCKITTRICK, K. On plantations, prisons, and a black sense of place. **Social & Cultural Geography**, v. 12, n. 8, p. 947-963, 2011.
- MERRIFIELD, A. Place and space: a Lefebvrian reconciliation. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 18, n. 4, p. 516-531, 1993.
- MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 34, p. 287-324, (2007) 2008.
- MIGNOLO, W. D. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. In: CABALLO, F.; HERRERA R., L. A. (Org.). **Habitar la frontera**. Barcelona: Cidob/UACJ, (1999) 2015a, p. 117-139.
- MIGNOLO, W. D. Geopolítica de la sensibilidad y del conocimiento: sobre descolonialidad, pensamiento fronterizo y desobediencia epistémica. In: CABALLO, F.; HERRERA R., L. A. (Org.). **Habitar la frontera**. Barcelona: Cidob/UACJ, (2013) 2015b, p. 173-189.
- MOASSAB, A.; RUGERI, M. R.; FREITEZ C., O.; NAME, L. Arquitetura, gênero e raça (entrevista). **Redobra**, v. 6, n. 15, p. 19-50, 2020.

## De que lugar fala o lugar de fala?

- MOITA LOPES, L. P. Inglês e globalização em uma epistemologia de fronteira: ideologia linguística para tempos híbridos. **Delta**, v. 24, n. 2, p. 309-340, 2008.
- MONMONIER, M. **How to lie with maps**. London/Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
- MORGAN, K. The exaggerate death of geography: learning, proximity and territorial innovation systems. **Journal of Economic Geography**, v. 4, n. 1, p. 3-21, 2004.
- NAME, L. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. **Geo-Textos**, v. 6, p. 163-186, 2010a.
- NAME, L. A natureza como o Outro de diferentes partes: uma discussão sobre Ratzel e alteridade. **Biblio 3W**, v. 15, n. 854, 2010b.
- NAME, L. Das redes às ruas: notas sobre novas tecnologias de informação e comunicação, mobilização social e manifestações no espaço público. In: RHEINGANTZ, P. A.; PEDRO, R. (Org.). **Qualidade do lugar e cultura contemporânea**. Rio de Janeiro: UFRJ/Fau/Proarq, 2012, p. 199-214.
- NAME, L. Geografia e imagens: notas decoloniais para uma agenda de pesquisa. **Espaço e Cultura**, n. 39, p. 59-80, 2016.
- NAME, L. Why are we writing and speaking in English? Coloniality of academic communication and its uneven mobilities. In: NOGUEIRA, M. A. F.; MORAES, C. M. S. (Org.). **Brazilian mobilities**. New York: Routledge, 2020, p. 169-181.
- NAME, L.; NACIF, C. L. Notas sobre mapas, mapeamentos e o planejamento urbano participativo no Brasil na perspectiva de uma cartografia crítica. **Biblio 3W**, v. 18, n. 1.018, 2013.
- Ó TUATHAIL, G.; DALBY, S. Introduction: rethinking geopolitics. In: DALBY, S.; Ó TUATHAIL, G. (Org.). **Rethinking geopolitics**. London/New York: Routledge, 1998, p. 1-15.
- PALERMO, Z.; SPYER, T.; LEROY, H. ; NAME, L. Zulma Palermo: a opção decolonial como um lugar-outro de pensamento (entrevista). **Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 2, p. 44-56, 2019.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**. Buenos Aires: Clacso, (2000) 2005, p. 117-142.
- RELPH, E. **Place and placelessness**. London: Pion, 1980.
- RIBEIRO, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.
- RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, (2017) 2019a.
- RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019b.
- RIBEIRO, D.; FERNANDES, C. C. M.; GUIMARÃES, D. M.; SAMPAIO, J. L.; FURTADO DE MELO, R. Djamilia Ribeiro: uma voz para o nosso tempo (entrevista). **Ekstasis**, v. 8, n. 2, p. 278-291, 2019.
- RIVERA CUSICANQUI, S. **Un mundo ch'ixi es posible**. Ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: tinta Limón, 2018.
- ROSE, G. **Feminism & geography**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.
- SEGATO, R. L. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos: y una antropología por demanda**. Buenos Aires: Prometeo, 2015.

SIMMEL, G. O estrangeiro. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 4, n.12, p. 265-271, (1908) 2005.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, (1985) 2010.

TUAN, Y-F. **Topofilia**. São Paulo: Difel, (1974) 1980.

TUAN, Y-F. **Espaço e lugar**. A perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, (1977) 1983.

WARF, B. Segueways into cyberspace: multiple geographies of the digital divide. **Environment and Planning B**, v. 28, p. 3-19, 2001.

